



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS**

PCTT: 00.03.00.01

**EDITAL DE HABILITAÇÃO N. 01/2014**

A Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, doravante denominada Seção Judiciária do Amazonas, por intermédio da Comissão de Coleta Seletiva Solidária, comunica que realizará procedimento de Habilitação de associações e cooperativas de catadores de material reciclável consoante Portaria/PRESI/TRF da 1ª Região 600-107, de 17 de abril de 2008, Portaria/DIREF/SJAM N. 280, de 17 de outubro de 2008, Processo Administrativo n. 527/2008 e Decreto n. 5.940 de 25 de outubro de 2006.

## **1 OBJETO**

Selecionar as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis aptas a realizar a coleta seletiva dos resíduos produzidos pela Seção Judiciária do Amazonas, mediante assinatura de termo de compromisso próprio.

## **2 REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO**

2.1 Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

- 2.1.1 Estejam **formal e exclusivamente** constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda, mediante comprovação por estatuto ou contrato social;
- 2.1.2 Não possuam fins lucrativos, mediante comprovação por estatuto ou contrato social;
- 2.1.3 Possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados, mediante comprovação por declaração expressa;
- 2.1.4 Apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados, mediante comprovação por declaração expressa.

## **3 REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

3.1 Os atos formais realizados em nome das associações e cooperativas interessadas deverão ser praticados por representante legal que, devidamente credenciado, será o único admitido a intervir nas fases de

procedimento de Habilitação e a responder pelos atos e efeitos previstos neste Edital;

3.2 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I - documento oficial de identidade (original);
- II - procuração que, na forma de lei, comprove a outorga de poderes (se necessário), com firma reconhecida e original ou cópia autenticada do ato constitutivo, contrato ou estatuto social.

3.3 O representante da associação/cooperativa deverá entregar seus documentos de credenciamento juntamente com os documentos de Habilitação, conforme item 4 deste Edital;

3.4 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma associação/cooperativa.

#### 4 ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 LOCAL: Os documentos de habilitação e credenciamento constantes dos subitens 2.1 e 3.2 deverão ser destinados à Comissão de Coleta Seletiva Solidária e protocolizados na Seção de Comunicações e Arquivo Administrativo (SECAM), localizada no térreo do prédio Fórum Ministro Waldemar Pedrosa, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus - AM, CEP: 69060-000.

4.2 PRAZO: A entrega dos documentos de habilitação e credenciamento deverá ocorrer no período de 27/01/2014 a 21/02/2014, nos dias úteis.

4.3 HORÁRIO: 9h às 17h.

4.4 FORMA: Os documentos de habilitação exigidos neste Edital poderão ser entregues em original ou por qualquer processo de cópia, desde que perfeitamente legíveis.

4.4.1 Quando os documentos forem entregues em fotocópia, sem autenticação passada por cartório competente, a associação ou cooperativa deverá apresentar os originais, até a data estabelecida no subitem 4.2, à Comissão de Coleta Seletiva, que os autenticará, se for o caso.

#### 5 JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os documentos de habilitação apresentados pelas associações e cooperativas serão analisados e julgados pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária, que emitirá parecer conclusivo.

5.2 O resultado do julgamento dos documentos de habilitação será divulgado nos quadros de avisos e na página da *internet* da Seção Judiciária do Amazonas no dia 26/02/2014;

5.2.1 Caso ocorra habilitação de até quatro associações ou cooperativas, o TRF realizará sorteio entre as habilitadas, de modo a definir, a ordem de período de coleta entre elas, considerando o prazo previsto no item 6.1. Se houver mais de quatro habilitadas, o sorteio definirá, além da ordem, as 04 (quatro) selecionadas para firmar o Termo de Compromisso.

5.3 Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso administrativo contra o resultado do presente procedimento de Habilitação.

## 6 COLETA

6.1 Cada uma das associações e/ou cooperativas realizará a coleta por um período consecutivo de 06 (seis) meses, obedecida a ordem do sorteio, quando cabível.

6.1.1 Caso ocorra habilitação de apenas uma associação ou cooperativa, o prazo estipulado no item 6.1 poderá ser prorrogado, a critério das partes.

6.2 A coleta deverá ser realizada nos dias e horários definidos pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária.

6.3 Antes do término da vigência do Termo de Compromisso da última associação ou cooperativa habilitada será aberto um novo processo de habilitação.

## 7 FUNDAMENTO LEGAL

7.1 Decreto nº. 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

7.2 Portaria/PRESI 600-107 de 17 de abril de 2008, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados no âmbito do TRF-1ª Região e sua destinação às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

7.3 Portaria/DIREF/SJAM N. 280, de 17 de outubro de 2008, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados no âmbito da Seção Judiciária do Estado do Amazonas e sua destinação às associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

7.4 Lei 8.666/93, art. 24, inciso XXVII, que trata da contratação, por dispensa, da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos

recicláveis ou reutilizáveis, efetuados por associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

## 8 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1 A presente Habilitação não importa necessariamente em obrigatoriedade de assinatura do Termo de Compromisso, podendo a Seção Judiciária do Amazonas revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes. A Seção Judiciária do Amazonas poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento dos documentos de habilitação e/ou da divulgação do resultado do julgamento;
- 8.2 A participação das associações e cooperativas neste processo de habilitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;
- 8.3 Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas por meio da Comissão de Coleta Seletiva Solidária, localizada no prédio Fórum Ministro Waldemar Pedrosa, térreo, Seção Comunicações e Arquivo Administrativo (SECAM), ou pelos telefones: (92) 3612-3369, 3612-3322, 3612-3327.
- 8.4 A celebração de Termo de Compromisso não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a Seção Judiciária do Amazonas e a cooperativa ou associação.

## 9 ANEXOS DESTE EDITAL

- Anexo I - Modelo de Declaração (Condições Habilitatórias).
- Anexo II - Termo de Compromisso.
- Anexo III - Cronograma.

Manaus-AM, 21 de janeiro de 2014.

---

Juíza Federal Maria Lúcia Gomes de Souza  
Diretora do Foro em exercício

ANEXO I

**DECLARAÇÃO**  
**(Condições Habilitatórias)**

.....  
(nome da Associação/Cooperativa)  
inscrita no CNPJ sob o número ....., com sede no endereço  
....., na cidade de  
....., no estado do ....., neste  
ato representado pelo(a) Senhor(a) .....,  
portador do RG. n. ....  
**DECLARA** expressamente que possui infra-estrutura para realizar a triagem e a  
classificação dos resíduos recicláveis descartados pela Justiça Federal de Primeiro Grau  
no Amazonas, bem como apresenta o sistema de rateio entre os associados e  
cooperados, de acordo com os requisitos previstos nos subitens 2.1.3 e 2.1.4 do Edital de  
Habilitação N. 01/2014 - Seção Judiciária do Amazonas.

Local e data.

(assinatura do responsável legal)  
Nome:  
RG.:

## ANEXO II

### TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO N. \_\_\_\_/2014 PARA EXECUÇÃO DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAZONAS E

Por este instrumento público, em que são partes a Seção Judiciária do Estado do Amazonas, localizada na Avenida André Araújo, n. 25, Aleixo. CNPJ, doravante denominado DOADOR, representado pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (nome e cargo do representante), RG Nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_, CPF \_\_\_\_\_, e a \_\_\_\_\_ (nome da cooperativa/associação), localizada no(a) \_\_\_\_\_ (endereço), CNPJ: \_\_\_\_\_ (nº), doravante denominada DONATÁRIA, representado pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (nome e cargo do representante), RG Nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_, CPF \_\_\_\_\_, têm, entre si, como justo e contratado o que se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto a doação de material reciclável às cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, para fins de reciclagem, pelo período de 06 (seis) meses.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I - Compete ao DOADOR:

a) efetuar a coleta seletiva interna dos materiais recicláveis, evitando a sua disposição como lixo;

b) armazenar o material em local seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação, até que se tenha acumulado um volume que justifique a coleta pela DONATÁRIA;

c) acompanhar, controlar e fiscalizar a execução deste Termo de Compromisso, avaliando os resultados, por intermédio da Comissão de Coleta Seletiva Solidária;

d) analisar as propostas de reformulação do Termo de Compromisso, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativa e que não

impliquem mudança do objeto;

e) normatizar e reorientar as ações deste Termo de Compromisso, se for o caso, responsabilizando-se por ele, em virtude de paralisação das atividades ou de outro fato relevante que venha a ocorrer, de modo que se evite a descontinuidade das ações pactuadas.

II - Compete à DONATÁRIA:

a) executar as atividades previstas neste Termo de Compromisso com rigorosa obediência ao objetivo pactuado, visando à promoção social dos catadores de materiais recicláveis;

b) indicar ao DOADOR a equipe, composta exclusivamente por cooperados, que realizará a coleta do material doado, no intuito de facilitar o acesso às dependências da Seção Judiciária do Amazonas;

c) não permitir a participação de terceiros não-cooperados na consecução do objeto do presente contrato, ainda que a título gratuito ou mediante relação empregatícia;

d) permanecer nas dependências do órgão apenas o tempo necessário para realizar a coleta de forma responsável e eficiente;

e) transportar os volumes coletados diretamente da sede do DOADOR até a empresa de reciclagem, registrar o peso do material doado e os valores recebidos pela sua venda, em planilha específica;

f) zelar pela limpeza e higienização do transporte do material reciclável até a empresa de reciclagem;

g) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos decorrentes da conduta dos cooperados das dependências do órgão;

h) não utilizar o material doado pelo DOADOR em finalidade distinta ao estabelecido neste Termo de Compromisso;

i) arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre este Termo de Compromisso;

j) sempre que solicitada, fornecer gratuitamente ao DOADOR amostras de produtos derivados de reciclagem, que possam ser utilizados para promover o Programa de Coleta Seletiva Solidária;

l) comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade no cumprimento rotineiro do pactuado neste Termo de Compromisso;

m) não contratar menores de dezoito anos para trabalho noturno, perigoso ou

insalubre e menores de quatorze anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, em conformidade ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

§ 1º O DOADOR não se responsabiliza por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pela DONATÁRIA ou seus cooperados na coleta ou no transporte do material doado.

§ 2º A DONATÁRIA é única e exclusivamente responsável, nas esferas cível, penal e administrativa, pelo descumprimento de normas legais e regulamentadores no cumprimento de suas obrigações, especialmente na hipótese de destinação incorreta, abandono ou depósito indevido dos materiais recolhidos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO**

A DONATÁRIA deverá identificar os catadores por meio de uniforme ou crachá específicos, a fim de viabilizar a retirada dos materiais com segurança.

§ 1º A Comissão de Coleta Seletiva Solidária estabelecerá os dias e horários para o recolhimento dos materiais pela DONATÁRIA.

§ 2º Caso os resíduos recicláveis não sejam recolhidos pela DONATÁRIA nos dias e horários preestabelecidos pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária, a Seção Judiciária do Amazonas poderá, a seu critério, providenciar outra destinação dos materiais, para que seus trabalhos não fiquem prejudicados.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

No decorrer do procedimento de habilitação, caso a DONATÁRIA tenha sido a única associação/cooperativa de catadores habilitada, o prazo estabelecido na Cláusula Primeira do presente contrato poderá ser prorrogado por igual período, a critério das partes, consoante estipulado no item 6.1 do Edital n. 01/2014.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Não haverá a transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução do presente Termo de Compromisso, sendo que a consecução das ações previstas correrá à conta do orçamento próprio de cada partícipe, na medida de suas obrigações.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

O presente Termo de Compromisso poderá ser rescindido a qualquer tempo:

a) pela vontade de uma das partes, mediante comunicação formal, com aviso



prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias;

b) por inadimplemento de qualquer das obrigações por parte da DONATÁRIA;

c) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Termo de Compromisso.

Parágrafo único. Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução deste Termo de Compromisso, será suspensa a doação de materiais recicláveis, notificando-se a DONATÁRIA para sanear a situação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão do Termo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional da DONATÁRIA relacionada com o objeto deste Termo será consignada a participação do DOADOR na mesma proporção atribuída à DONATÁRIA e, em se tratando de material promocional gráfico, áudio e audiovisual, deverá ser consignada a logomarca oficial do DOADOR na mesma proporção da marca ou nome da DONATÁRIA.

Parágrafo único. Fica vedada às partes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo ou de orientação social, e desde que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito pelas partes o foro desta cidade para se dirimirem quaisquer questões decorrentes do presente instrumento que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, por força do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem assim, em acordo, firmam as partes o presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Manaus (AM), de de 2014.

\_\_\_\_\_  
Juíza Federal Maria Lúcia Gomes de Souza  
Diretora do Foro em exercício

\_\_\_\_\_  
Representante da Associação/Cooperativa

Testemunhas:

---

CPF

---

CPF



ANEXO III

CRONOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS DE HABILITAÇÃO 2014

Evento	Data
Publicação do Edital.	Dia 23/01/2014
Período de apresentação e entrega dos documentos de habilitação e credenciamento. OBS.: Apresentação e entrega em dias úteis, no horário de 9h00 às 17h00, na Seção de Comunicações e Arquivo Administrativo (SECAM), localizada no pavimento térreo do edifício Fórum Ministro Waldemar Pedrosa, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus - AM, CEP: 69060-000.	De 27/01/2014 a 21/02/2014
Análise dos Documentos pela Comissão.	De 24/02/2014 a 26/02/2014
Divulgação das Associações / Cooperativas habilitadas. OBS.: Resultado fixado em quadro de avisos localizado no pavimento térreo do edifício Fórum Ministro Waldemar Pedrosa, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus - AM, CEP: 69060-000 e disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.jfam.jus.br">www.jfam.jus.br</a> .	Dia 26/02/2014
Período de interposição de recurso à Comissão para julgamento.	De 27/02/2014 a 10/03/2014
Divulgação dos resultados dos recursos. OBS.: Resultado fixado em quadro de avisos localizado no pavimento térreo do edifício Rio Negro, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus - AM, CEP: 69060-000, e disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.jfam.jus.br">www.jfam.jus.br</a> .	Dia 11/03/2014
Realização de sorteio em sessão pública. (Se houver mais de uma cooperativa habilitada)	Dia 12/03/2014

Evento	Data
Divulgação do resultado do sorteio. (Se houver mais de uma cooperativa habilitada) OBS.: Resultado fixado em quadro de avisos localizado no pavimento térreo do edifício Rio Negro, na Avenida André Araújo, nº 25. Aleixo. Manaus - AM, CEP: 69060-000, e disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.jfam.jus.br">www.jfam.jus.br</a> .	Dia 12/03/2014
Assinatura do Termo de Compromisso.	-----

**Observação:** O não cumprimento dos prazos constantes no procedimento por parte dos participantes incorrerá na sua eliminação automática do procedimento de habilitação.

